



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

MINUTA DE CONTRATO

ANEXO II - Contrato de locação de equipamentos de PABX digitais, decorrente do Pregão XX/2019, que entre si celebram o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e a empresa XXXXXXXXXX.

*Pelo presente instrumento, a UNIÃO, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul**, CNPJ. n. 03.883.929/0001-02, situado na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, CEP 79.037-100, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande/MS, doravante denominado Contratante, e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob n. xxxxxxxxxx, estabelecida R. xxxxxx, n. xxx, Bairro xxxxx, na cidade de xxxxxxxx, representada neste ato pelo Sr. **XXXXXXXXXX**, xxxx, xxxxxxxx, portador da Cédula de Identidade n. xxxxxxxx, e do CPF n. xxxxxx, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se Processo SEI 0003207-60.2019.6.12.8000, ao Edital de Pregão n. xx/2019 e proposta do contratado, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a locação de equipamentos de PABX digitais, compreendendo, também, a instalação, a manutenção preventiva/corretiva e assistência técnica nos equipamentos locados, bem como a garantia do funcionamento do sistema pelo período desta contratação.

1.2. Faz parte deste instrumento de contrato, independente de transcrição:

- a) Edital do Pregão n. xx/2019;
- b) Anexo I – Termo de Referência;
- c) Proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO SISTEMA

2.1. O fornecimento e instalação serão executados nos prazos e condições estabelecidos no Capítulo II do Termo de Referência, obedecendo às condições de instalações e testes dos Capítulos III e IV do mesmo termo, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e dos fabricantes dos equipamentos.

2.1.1 Qualquer adaptação necessária que a contratada deva realizar, para a completa instalação, terá que ser informada à fiscalização.

2.2. Na instalação deverão ser observadas todas as condições estabelecidas pelo fabricante dos equipamentos, bem como as exigências previstas em normas técnicas e na legislação pertinente e as estabelecidas no Termo de Referência (Anexo – I).

2.3. Após a instalação a contratada deverá realizar todos os testes necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos locados, emitindo no final um relatório com todos os procedimentos realizados de acordo com a recomendação do fabricante.

2.4. Os serviços previstos nesta cláusula, e os materiais necessários a sua execução, foram levantados pela empresa contratada através da visita e vistoria prévia realizada ao local da instalação, estando seu custo incluído no preço ora contratado.

2.5. Concluída a instalação dos equipamentos, a contratada deverá comunicar o fato ao Tribunal (através da Fiscalização), sendo registrado o recebimento provisório dos serviços, mediante ateste em termo próprio.

2.6. A contratada deverá corrigir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da comunicação que lhe for feita, os defeitos, erros, deficiências e omissões ou caso venham a ocorrer na instalação, sem qualquer ônus para o Tribunal, sob pena de aplicação de sanções por descumprimento contratual.

2.7. Concluída a instalação a contratada prestará serviços de treinamento aos servidores do TRE/MS, com carga mínima de 20h para cada curso, previsto no item 2.2 do Capítulo V – Dos Prazos e Treinamento do Termo de Referência.

2.8. O regime de execução do objeto será o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO SISTEMA

3.1. Os serviços de manutenção e de assistência técnica, quando necessários, serão executados de forma integral, nos prazos e condições estabelecidos no Capítulo IV do Termo de Referência.

3.2. Após a instalação dos equipamentos a contratada prestará serviços de manutenção preventiva/corretiva e assistência técnica no sistema durante todo o período da contratação, com fornecimento de peças ou equipamentos, mão-de-obra especializada e materiais necessários ao funcionamento de todo o sistema de maneira a mantê-lo sempre funcionando.

3.3. A manutenção preventiva compreende o conjunto de serviços e procedimentos estabelecidos pelo fabricante dos equipamentos objetivando o seu perfeito funcionamento, devendo ser realizada conforme os

prazos indicados pelo fabricante dos equipamentos.

3.4. A abertura de chamados para assistência técnica e/ou manutenção corretiva deverá ser realizada por e-mail e/ou telefone, informados pela contratada.

3.5. A contratada deverá indicar funcionário, com informação de telefone celular para rápida localização, sendo este considerado preposto da empresa contratada e responsável pelo acompanhamento da prestação dos serviços e atendimento as necessidades do Tribunal quanto à assistência técnica e à manutenção do sistema de telefonia instalado.

3.6. É dever do preposto resolver e solucionar os problemas referentes à prestação dos serviços, devendo este, ter poderes para solucionar qualquer problema ou providenciar os meios para tal, tanto quanto a parte operacional do serviço quanto à parte burocrática.

3.7. O atendimento ao chamado para realização de assistência técnica/manutenção corretiva deverá ocorrer no prazo de 07 (sete) horas, quando apesar do defeito o sistema estiver funcionando e, de 3 (três) horas, caso o sistema esteja avariado ou não funcionando por problemas técnicos.

3.8. No período eleitoral, considerado como tal os meses de junho, julho, agosto, setembro e outubro dos anos eleitorais e dos que ocorram consultas públicas (plebiscitos ou referendos), o atendimento ao chamado para realização de assistência técnica/manutenção corretiva deverá ocorrer no prazo máximo de 03 (três) horas, quando apesar do defeito o sistema estiver funcionando e, de 1 (uma) hora, caso o sistema esteja avariado ou não funcionando por problemas técnicos.

3.9. A resolução do problema indicados nos itens 3.7 e 3.8 deverá ser em no máximo 24 (vinte e quatro) horas contados a partir dos prazos indicados nos referidos itens.

3.9.1 No caso de perda total do equipamento devidamente comprovado pela contratada, esta deverá repor o equipamento defeituoso no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados imediatamente do término do prazo de 24 (vinte e quatro) horas estabelecido no item acima.

3.10. A prestação do serviço de assistência técnica e manutenção preventiva/corretiva deverá ser prestado pela própria empresa contratada ou por representante do fabricante, estando a contratada obrigada a assumir todos os custos referentes à prestação do mesmo, ainda que prestados por terceiros.

3.10.1. Caso os serviços de assistência técnica e manutenção preventiva/corretiva sejam realizados através de representante do fabricante, a contratada deverá apresentar à fiscalização documento que comprove que o representante é credenciado/agente autorizada do fabricante dos equipamentos fornecidos.

3.11. A empresa contratada deverá dar manutenção ao sistema de cabeamento estruturado dos prédios sede do TRE/MS e do Fórum Eleitoral de Campo Grande, no que diz respeito a movimentação de pontos nos racks e/ou DG's e nas salas, onde serão plugados os aparelhos telefônicos;

3.11.1. Na ocorrência de mudança de ramais de uma sala para outra; na solução em caso de ramal mudo, seja por mal contato ou avaria dos conectores RJ e na instalação de novos ramais.

3.12. Para a manutenção referida serão feitas (mediante solicitação) 04 (quatro) visitas mensais em Campo Grande, considerando cada visita uma duração de até 02 (duas) horas; extrapolando essa duração, será considerada outra visita, desde que justificada a duração superior a duas horas e atestada pela fiscalização. As visitas tratadas nesse item serão cumulativas, ou seja, não havendo solicitação, haverá crédito para os

meses seguintes e a totalidade de quatro mensais não estará atrelada ao mês, podendo haver um maior número no mesmo mês, independente de haver crédito. Havendo acúmulo de visitas no final do contrato, a empresa contratada não terá que ressarcir o TRE/MS.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS

4.1. A contratada, segundo disposições de sua proposta e respeitando os limites do Termo de referência, tem o prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do Termo Contratual para entregar os equipamentos, devendo instalar o sistema em no máximo 60 (sessenta) horas, compreendendo o sábado, domingo e as 12 (doze) primeiras horas da segunda-feira, ou imediatamente após a entrega, ficando a critério da fiscalização a data e horário.

4.2. A prestação de assistência técnica e manutenção preventiva/ corretiva têm seu início vinculado à perfeita instalação dos equipamentos (recebimento definitivo).

4.3. Terminada a instalação do sistema, com a formalização do feito através de termo próprio de documento expedido pela empresa contratada, os serviços serão recebidos:

a) Provisoriamente: pela fiscalização, mediante termo próprio, assinado pelas partes em até 2 (dois) dias da comunicação escrita da empresa contratada.

b) Definitivamente: pelo Tribunal Eleitoral, mediante termo próprio, assinado pelas partes após o recebimento provisório e após vistoria feita pela fiscalização, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais e legal observado o disposto no artigo 69 da Lei 8.666/93 e modificações da lei 9.648/98.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS DOS EQUIPAMENTOS

5.1. Todos os equipamentos poderão ser usados, desde que estejam em bom estado de conservação e em perfeito funcionamento.

5.2. Durante o período da contratação a substituição de partes ou peças defeituosas do sistema ocorrerá por conta da Contratada, salvo se o defeito ou dano forem comprovadamente decorrentes de uso indevido ou negligência por parte da Contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS

6.1. Os prazos relativos ao fornecimento e instalação dos equipamentos são os seguintes

a) Prazo para entrega dos equipamentos: máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do Termo Contratual;

b) Prazo máximo de instalação do sistema: máximo 60 (sessenta) horas, compreendendo o sábado, domingo e as 12 (doze) primeiras horas da segunda-feira ou imediatamente após a entrega, ficando a critério da fiscalização a data e horário;

- ## ***CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS***

CLÁUSULA OITAVA - DOS PREÇOS

		Locação	
Item	Local	Valor mensal	Valor Total
1	Prédio Sede do TRE/MS		
2	Fórum Eleitoral de Cpo Gde		
	TOTAL		

https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=730449&infra_sist... 5/14

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

9.1. O pagamento será efetuado, mediante depósito efetuado em Conta Corrente informada na proposta, em nome da contratada, no prazo de 7 (sete) dias úteis, após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal, desde que atendidas todas as condições de serviço previstos neste contrato, e que a documentação fiscal esteja válida e com prazo de vigência suficiente para prazo de pagamento:

- a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991**;
- b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF)**, devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;
- c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT)**, devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
- d) DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO SIMPLES**, caso a empresa seja optante.

9.2. Caso a empresa seja OPTANTE PELO SIMPLES e não apresente a DECLARAÇÃO DE OPÇÃO, será RETIDA NA FONTE a alíquota dos impostos definidos pela Lei 9.430/96, não se responsabilizando o Tribunal por impostos retidos em função da omissão ou falta de comprovação da empresa.

9.3. O prazo de pagamento interrompe-se sempre que uma documentação estiver irregular, vencida ou ausente, devendo o fiscal de contrato responsável pelas obrigações e encargos sociais, fiscais e trabalhistas ser comunicado pela Unidade Responsável pelo pagamento, para imediatamente oficializar à contratada, por meio escrito, formal e com atesto de recebimento, juntado aos autos para comprovar a interrupção do pagamento.

9.4. Para fins de atendimento da IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES.

9.5. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

$$EM = \text{Encargos Moratórios};$$

$$N = \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento};$$

$$VP = \text{Valor da parcela em atraso};$$

$$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438, \text{ assim apurado: } i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%,$$

$$I = i / 365 \text{ " } I = (6/100) / 365.$$

9.6. De acordo com o §1º, do art. 2º, da Lei 10.192/2001, não haverá reajustamento ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

9.6.1. No caso da não conclusão do objeto dentro do prazo da vigência do contrato, a contratada deverá requerer o reajuste, mediante incidência do IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venho substituí-lo, observando o interregno mínimo de doze meses, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

9.6.2. No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

9.6.3. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

9.7. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, será utilizada, como fator de revisão contratual, a diferença em percentual entre o valor do custo unitário básico do SINAPI do mês de apresentação da proposta e o custo unitário básico do mês da realização da revisão.

9.8. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. O fornecimento dos equipamentos, a instalação, a manutenção preventiva/corretiva, assistência técnica, a fiscalização e o acompanhamento dos serviços, bem como administração do Contrato ficarão a cargo de servidor(es) deste Tribunal, devidamente designado(s) para essa finalidade.

10.2. As relações entre o Tribunal e a empresa contratada, serão mantidas, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

10.3. A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Tribunal Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços, tendo plenos poderes para decidir sobre questões relacionadas à parte técnica dos serviços, em função das disposições do Termo de Referência e deste Contrato, consultando a Administração nos casos de dúvida e sobre matérias que extrapolarem as previsões deste contrato e do Termo de Referência.

10.4. Ao identificar algum descumprimento ou mau cumprimento das obrigações assumidas, a Fiscalização deverá emitir comunicado escrito (fax/e-mail, desde que comprovado o recebimento por meio de atesto da contratada), registrando as suas orientações e solicitações, e estabelecendo, sempre que pertinente prazo para correção de qualquer inconformidade.

10.4.1 Após transcorrido o prazo dado para solução dos problemas, o comunicado de que trata este item deverá ser repassado à Administração, com a indicação de correção, ou não, por parte da contratada, a fim de se apurar a penalidade cabível.

10.5. Quando da prestação dos serviços de assistência técnica e manutenção preventiva/corretiva nos equipamentos, os contatos entre a Fiscalização e a contratada poderão ser efetuados através de outro meio

disponibilizado pela contratada (por exemplo: atendimento via telefone, correio-eletrônico).

10.6. A qualquer momento a fiscalização está autorizada a solicitar documentação fiscal ou trabalhista, ou qualquer outra relacionada à prestação do serviço, cabendo a Administração determinar a periodicidade para a sua apresentação, podendo inclusive ser mensalmente.

10.7. Qualquer alteração necessária ao contrato deverá ser previamente autorizada pela Administração, respeitando as formalidades da Lei 8.666/93, devendo o fiscal comunicar a Administração quando se tratar de mudança substancial, que enseje alteração por meio de termo específico.

10.8. A fiscalização deverá obedecer a todas as orientações do Termo de Referência e deste Contrato, e manter em arquivo eletrônico o controle de prazos, pagamentos realizados (data e valores), saldos contratuais e saldo de empenho, bem como todos os controles relacionados a obrigações geradas nessa contratação.

10.9. A fiscalização é responsável pela cobrança (formalizada) de documentos necessários ao pagamento da contratada, sempre que a empresa não encaminhá-los juntamente com a nota fiscal, ou ainda, caso estejam vencidas ou venham a vencer antes do pagamento.

10.9.1. Esta cobrança não exime a responsabilidade de apresentação dos documentos pela contratada, e sempre que a empresa deixar de apresentar documentos juntamente com a nota fiscal, ou no caso desses estarem vencidos, tal fato deverá ser objeto de comunicado formal (escrito) da fiscalização à empresa contratada, com solicitação de retificação e prazo para tanto.

10.10. A fiscalização deverá informar à Administração toda necessidade de alteração contratual, com um prazo mínimo de 60 dias de antecedência da ocorrência do fato que ensejar a respectiva alteração necessária.

10.10.1 A alteração contratual far-se-á necessária quando se tratar de necessidades para as quais não há previsão no Termo de Referência ou neste Contrato, e fogem das possibilidades de ajustes previstas neste termo.

10.11. O fiscal deverá atestar a nota fiscal dos serviços, ratificando a execução do serviço mensal (locação), e verificará a apresentação de toda a documentação necessária ao pagamento, bem como a sua validade e correção, encaminhando tudo aos setores competentes do TRE/MS, procedendo a prévia solicitação de correção (por meio escrito, com recibo da empresa), caso seja necessária.

10.12. A fiscalização deverá obedecer a todas as regulamentações do TRE/MS quanto ao acompanhamento e fiscalização dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

11.1. Requisitar o fornecimento e a prestação dos serviços (instalação/manutenção preventiva/corretiva/assistência técnica/locação) previstos no Termo de Referência e neste Contrato e exigir da contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionados no Termo de Referência e neste Termo de Contrato.

11.2. Promover, através da Fiscalização, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a

seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

11.3. Fiscalizar a manutenção das condições habilitatórias por parte da contratada.

11.4. Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Termo de Referência e neste Contrato.

11.5. Aplicar penalidades descritas neste Contrato em caso de inexecução das obrigações expostas no Termo de Referência e neste Termo de Contrato.

11.6 Solicitar documentação fiscal ou trabalhista, ou qualquer outra relacionada à prestação do serviço, cabendo a Administração determinar a periodicidade para a sua apresentação, podendo inclusive ser mensalmente.

11.7 Permitir o acesso de funcionário da contratada para a realização da manutenção preventiva/corretiva e assistência técnica nos equipamentos que compõem o sistema, prestando as informações necessárias à solução de problemas encontrados.

11.8 Permitir a retirada dos equipamentos disponibilizados pela contratada, quando for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Fornecer os equipamentos que compõem o sistema locado, promover a instalação dos equipamentos e prestar os serviços de manutenção preventiva/corretiva, assistência técnica e locação na forma descrita neste Contrato, observando, também, todas as especificações indicadas pelo fabricante dos equipamentos.

12.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à execução do contrato.

12.3. Corrigir as falhas apontadas pela Fiscalização.

12.4. Responsabilizar-se pela contratação de funcionários necessários a perfeita execução do objeto, cabendo-lhe efetuar o pagamento de salários e arcar com todos os encargos sociais previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, entre outras, em decorrência de sua condição de empregadora.

12.5. Responsabilizar-se por danos causados aos equipamentos e às instalações prediais em decorrência de falhas na instalação, na assistência técnica ou manutenção preventiva/corretiva dos equipamentos.

12.6. Fornecer treinamento, com carga mínima de 20h cada curso, nas áreas especificadas nos subitens 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3 do Capítulo V do Termo de Referência, prestando instruções sobre o uso e operação dos equipamentos, com a finalidade de evitar a utilização inadequada ou diferente para a qual o equipamento tenha sido construído.

12.7. Encaminhar ao Tribunal, quando solicitado pela fiscalização, toda documentação fiscal ou trabalhista, ou qualquer outra relacionada à prestação do serviço.

12.8. É vedado a Contratada interromper unilateralmente os serviços sob alegação de inadimplemento por parte da contratante, caso o atraso do pagamento seja pelo prazo inferior a 90 (noventa) dias.

12.9. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem ao contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93.

12.10. Manter, durante todo o prazo de execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

12.11. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de avarias em todos os equipamentos que compõe o sistema nos casos previstos no item 5.3 da cláusula quinta deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1. A rescisão do presente Contrato somente ocorrerá nos casos estritamente previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

13.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

a) Determinada por **ato unilateral** e escrito da Administração deste Tribunal, **mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias**, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;

b) **Amigável**, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para a Administração deste Tribunal, reduzida a termo no Processo Administrativo, desde que, cumprido o estabelecido no §1º do artigo 79 da Lei nº 8.666/93;

c) **Judicial**, nos termos da legislação vigente.

13.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.5. O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1. Configurado o descumprimento de cláusulas deste Contrato e do Termo de Referência (Anexo I), a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar defesa

prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena da aplicação das sanções estabelecidas abaixo, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

14.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

14.2. Será aplicada Advertência nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções dos serviços prestados;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela Administração, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual;
- c) falhas durante a execução do fornecimento, que não ocasionarem prejuízo material ao Tribunal.

14.3. Será aplicada Multa, da seguinte forma:

- a) de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da contratação, após a segunda ocorrência de advertência da mesma natureza;
- b) de 1,0% (um por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso na entrega ou instalação dos equipamentos, contada desde o primeiro dia de atraso e limitada ao montante de 20% (vinte por cento) correspondente a 20 (vinte) dias;
- c) de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso, na prestação dos serviços de assistência técnica/manutenção corretiva, limitada a sua aplicação a 10 dias. Após o décimo dia, a multa diária passará a 1,0%; após o décimo quinto dia, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão; não sendo o caso de rescisão, a multa será aplicada até a efetiva execução dos serviços;
- d) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de constatação de qualquer mau cumprimento ou defeito dos serviços de manutenção já prestados e tidos como executados, desde que reste comprovada a culpa da contratada;
- e) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, caso a empresa **deixe de emitir ou encaminhar documento imprescindível ao pagamento;**
- e) de 10% (dez por cento) do valor total da contratação se a contratada negar-se a fornecer e/ou a instalar os equipamentos sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições deste contrato, levar o Tribunal a rescindir o contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente;
- f) de **15%** (quinze por cento) sobre o valor mensal do contrato, por ocorrência, no caso de **desatendimento de demais cláusulas contratuais, - que não estejam especificada nas outras alíneas deste item -**, no Termo de Referência ou de ordens da fiscalização
- f) de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, caso não queira receber a Nota de Empenho, ou assinar o contrato; ou ainda, assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;
- g) de **30%** (trinta por cento) do valor total do contrato caso a contratada, por sucessivas falhas, leve o Contratante a rescindir o contrato, ou por deixar de cumprir definitivamente com obrigação constante neste contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

14.3.1. Na aplicação das multas acima serão consideradas a natureza e gravidade da infração cometida, além dos danos que provierem para o serviço público, podendo a Administração motivadamente, com vistas a atender os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, agravar ou atenuar as multas em **2/3, ½ ou 1/3.**

14.3.2. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia ao contrato, quando houver, ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

14.3.3. Haverá retenção cautelar dos valores, no caso de ocorrência de descumprimento das condições da contratação, até a finalização procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, sendo restituído à contratada o correspondente o valor caso não subsistam razões para a aplicação de multa.

14.3.4. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação;

14.3.5. Caso não haja recolhimento, o valor da multa poderá ser glosado dos valores devidos à CONTRATADA.

14.3.6. Se o crédito não for suficiente para cobrir o valor total da multa, o valor será descontado da garantia contratual, se houver.

14.3.7. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

14.3.8. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.

14.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A UNIÃO**, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa, se a Contratada:

- a) for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto
- d) não mantiver a proposta
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato
- f) comportar-se de modo inidôneo ou
- g) cometer fraude fiscal.

14.5. Será aplicada Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a União, expedida na forma da lei, para os casos de inexecução total ou parcial do contrato que venham a onerar a execução da avença para o TRE/MS, avaliado o dano gerado em cada ocorrência, considerando-se a peculiaridade do fato concretamente sobrevindo.

14.5.1. A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública perdurará até que a Contratada venha a ressarcir o TRE-MS pelos prejuízos eventualmente causados.

14.6. Da aplicação das sanções de multa e suspensão, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação, encaminhado à autoridade superior do Tribunal Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

14.7. No caso de Declaração de Inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

14.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DOS FUNDAMENTOS

15.1. Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 8.666/93, pelo Termo de Referência e demais anexos a este Contrato, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

15.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e a legislação vigente própria e/ou específica ao objeto deste Contrato, no que não conflitar com a supremacia do interesse público, que é característica de todo contrato pactuado pela Administração Pública.

15.3. **Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação.**

15.4. **Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida.**

15.4.1. **Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.**

15.5. A substituição do endereço eletrônico utilizado pela contratada deverá ser previamente comunicado à fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DO FORO

16.1. Na forma da Lei é o foro da Justiça Federal, em Campo Grande - MS, o competente para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, excluindo-se qualquer outro.

E assim, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente termo, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande, MS, xx de xxxxxxxxxxxx de 2019.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante legal da empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



11/06/2019, às 16:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0672687** e o código CRC **56180A04**.

0003207-60.2019.6.12.8000

0672687v3